

DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2229v33n2e27193>

A história da educação sexual no Brasil em oito momentos: notas preliminares de pesquisa

The history of sexual education in Brazil in eight periods: preliminary research notes

La historia de la educación sexual en Brasil en ocho periodos: notas preliminares de investigación

Gisele Cristina Garcia Tofoli

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0685-8986>

Michele Garcia

ORCID: <https://orcid.org/0000000196720122>

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1552-5702>

Resumo: O presente estudo, realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica, descreve e analisa o processo de institucionalização da Educação Sexual no Brasil, considerando tanto a sua abrangência não-formal (aquela que ocorre no cotidiano desde os tempos coloniais) quanto sua abrangência formal (aquela que ocorre institucionalmente desde as primeiras décadas do século XX). O principal objetivo é apresentar como foi o processo de desenvolvimento da cultura e do conhecimento sexual no Brasil, que culminou na institucionalização desse saber a partir da segunda metade do século XIX e no surgimento da educação sexual nas primeiras décadas do século XX. Foi utilizada a revisão narrativa da literatura como método de análise e coleta de informações, sendo analisadas obras e textos versando sobre os seis momentos históricos propostos por Ribeiro, em 2004, e sobre as duas décadas posteriores (2004 a 2024), não estudadas pelo autor, mas que já possuem elementos factíveis para compor mais dois novos momentos históricos. Esta atualização possibilitou estabelecer uma cronologia mais completa dos momentos históricos em que pode ser dividida a Educação Sexual no Brasil. Finalizando, buscamos relacionar a trajetória da Educação Sexual com a formação de professores nos cursos de Licenciatura e a importância de sua aplicabilidade no sistema de ensino brasileiro.

Palavras-chave: Educação sexual; história da educação sexual; formação de professores; licenciatura em Educação.

Abstract: This study, based on bibliographic research, describes and analyzes the process of institutionalization of Sexual Education in Brazil, considering both its non-formal scope (that which occurs in everyday life since the colonial period) and its formal scope (that which develops institutionally from the first decades of the twentieth century). The main objective is to present how the process of development of sexual culture and sexual knowledge in Brazil took place, culminating in the institutionalization of this body of knowledge from the second half of the nineteenth century and in the emergence of sex education and in the emergence of Sexual Education in the first decades of the twentieth century. A narrative literature review was used as the method for analysis and data collection. Works and texts addressing the six historical moments proposed by Ribeiro (2004) were analyzed, as well as the period from 2004 to 2024, which was not examined by the author but already presents feasible elements to compose two new historical moments. This update made it possible to establish a more comprehensive chronology of the historical moments into which Sexual Education in

1



Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Brazil can be divided. Finally, the study seeks to relate the trajectory of Sexual Education to teacher education in undergraduate teacher-training programs and the importance of its applicability within the Brazilian education system.

Keywords: Sexual education; history of sexual education; teacher training; teaching degree.

Resumen: Este estudio, basado en una investigación bibliográfica, describe y analiza el proceso de institucionalización de la Educación Sexual en Brasil, considerando tanto su alcance no formal (aquel que ocurre en la vida cotidiana desde la época colonial) como su alcance formal (aquel que se desarrolla institucionalmente desde las primeras décadas del siglo XX). El objetivo principal es presentar cómo se dió el proceso de desarrollo de la cultura y del conocimiento sexual en Brasil, que culminó con la institucionalización de estos conocimientos a partir de la segunda mitad del siglo XIX y en el surgimiento de la educación sexual en las primeras décadas del siglo XX. Se utilizó la revisión narrativa de la literatura como método de análisis y recolección de información, analizándose obras y textos que abordan los seis momentos históricos propuestos por Ribeiro (2004), así como las dos décadas posteriores (2004 a 2024), no estudiados por el autor, pero que ya presentan elementos factibles para componer dos nuevos momentos históricos. Esta actualización permitió establecer una cronología más completa de los momentos históricos en que se puede dividir la Educación Sexual en Brasil. Finalmente, se busca relacionar la trayectoria de la Educación Sexual con la formación docente en cursos de Licenciatura y la importancia de su aplicabilidad en el sistema educativo brasileño.

Palabras clave: Educación sexual; historia de la educación sexual; formación docente; licenciatura.

1 Introdução

Este artigo tem sua origem em um trabalho de Ribeiro (2004), que pela primeira vez propôs uma compreensão da história da educação sexual no Brasil a partir de distintos momentos classificados por períodos (seis no total), decorridos desde a Colônia até a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 1997. Ribeiro (2004), no entanto, encerrou sua análise no período em que os PCN foram publicados mas entre 1997 e 2026, ano em que este artigo está sendo publicado, se passaram quase três décadas de variações de comportamentos, valores e compreensão de questões ligadas à sexualidade, cuja intensidade nos levou a propor uma atualização neste modelo, ampliando para oito momentos históricos: 1º – O Brasil Colônia e a ingerência da Igreja Católica; 2º – O Império e a normatização da moral médica; 3º – A República e o surgimento da sexologia e da educação sexual; 4º – Os anos 1960 e a educação sexual nas escolas; 5º – Do final dos anos 1970 a 1998: estratégias e práticas em educação sexual na ditadura e na redemocratização; 6º – Os anos 1990 e os Parâmetros Curriculares Nacionais; 7º – De 2000 a 2014: ascensão e queda da educação sexual; e 8º – A partir de 2015: a extrema direita e a nova repressão sexual.

A educação sexual é de suma importância e sua aplicabilidade na escola vai contribuir para o desenvolvimento psicosssexual de crianças e adolescentes, promovendo saúde e bem estar, prevenindo o abuso e a violência sexual e

possibilitando a aquisição de uma visão positiva da sexualidade, levando o aluno a ter, por um lado, conhecimento e empoderamento sexual, e por outro desenvolver a sensibilidade necessária para compreender a abrangência da sexualidade, a valorizar a diversidade e adquirir uma postura ética e responsável em relação a atitudes e comportamentos sexuais. Há também o fato de que educadores com formação e conhecimento em educação sexual, têm mais facilidade de lidar com as questões sexuais que aparecem cotidianamente no ambiente escolar, que é o que dizem Louro (1999), Maia; Ribeiro (2011), Santos; Bruns (2000), Egypto (2003), Figueiró (2006) e Bonfim (2012), dentre outros.

Para esclarecimento do leitor, explicamos que tanto **Orientação sexual** quanto **Educação sexual escolar** referem-se a uma intervenção institucionalizada, sistematizada, organizada e localizada, com a participação de profissionais treinados para este trabalho. Nos anos 1960-1990 Orientação sexual era mais utilizado por psicólogos, e Educação sexual mais por pedagogos e educadores. Quando o termo Orientação sexual passou a também ser utilizado para a atração física, emocional e sexual que uma pessoa sente por outra, ao final dos anos 1990, se intensificando seu uso nos estudos sobre diversidade sexual, paulatinamente se consolidou seu uso para definir como e com quem as pessoas estabelecem relações afetivas, se hétero, homo, bi, pansexual ou assexual, dentre outras formas (Ribeiro, 1990; Ribeiro, 2004; Maia; Ribeiro, 2011). E, desde então, Educação sexual substituiu Orientação sexual no seu sentido educacional. Já o termo **Educação para a sexualidade**, que é mais usado pela UNESCO, tem o mesmo significado de Educação Sexual, e passou a ser utilizado sem um critério científico, apenas para ter um respaldo maior dos pais que poderiam não se sentir à vontade, ou mesmo, não aprovar a palavra “sexual” (Ribeiro, 2017).

O principal objetivo deste artigo, portanto, é descrever como foi o processo de desenvolvimento da cultura e do conhecimento sexual no Brasil, que culminou na institucionalização desse saber a partir da segunda metade do século XIX e no surgimento da educação sexual nas primeiras décadas do século XX. Em meados dos anos 1860 e seguintes, Faculdades de Medicina, principalmente a do Rio de Janeiro e a da Bahia, produziram teses, cujos temas, versavam sobre higiene sexual, prostituição, patologização dos desvios e regulação da moral da sociedade a partir da medicina. Essas teses funcionaram como um importante instrumento de

construção do saber médico sobre a sexualidade (Rohden, 2003), influenciando médicos a propor educação sexual nas escolas já nas primeiras décadas do século XX (Bedin, 2016; Ribeiro, 2019).

Utilizamos como método de análise e coleta de informações a revisão narrativa da literatura, objetivando descrever e discutir os momentos históricos da educação sexual no Brasil sob o ponto de vista de autores que publicaram textos sobre esta temática. Como explica Rother (2007, p. v-vi),

[...] os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual [...] Constituem, basicamente, de análise da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas... Essa categoria de artigos têm um papel fundamental para a educação continuada pois, permitem ao leitor adquirir e atualizar o conhecimento sobre uma temática específica em curto espaço de tempo [...]. São considerados artigos de revisão narrativa e são qualitativos.

A partir desta metodologia, pudemos descrever e analisar cronologicamente, a trajetória da educação sexual no país. Desta forma, o artigo está estruturado em cinco partes, sendo uma Introdução, em que apresentamos a proposta da pesquisa, a metodologia utilizada e a relevância do tema. Na segunda parte, descrevemos e analisamos os momentos históricos estudados por Ribeiro (2004), que fornecem o respaldo histórico para a compreensão da institucionalização da educação sexual no Brasil e ancoram a descrição e análise do período subsequente (2000 a 2025), apresentadas nas terceira e quarta partes. Finalizando, sintetizamos os principais resultados do artigo na quinta parte, denominada considerações finais.

2 Momentos históricos propostos para os séculos XVI a XX

O período colonial dura três séculos, sem dúvida o mais prolongado, e é quando se iniciou a formação da cultura sexual brasileira. Estabelecemos como ponto de partida o ano de 1500, não obstante a existência dos povos originários no Brasil antes da chegada dos portugueses e cientes da importância dos estudos decoloniais. Mesmo com a riqueza das diferentes culturas, inclusive com valores, atitudes e comportamentos sexuais muito diferentes daqueles vigentes em terras cristãs (como relatam Staden, 2013; Scalia, 2014; Fernandes, 1989; Raminelli, 2004), optamos por considerar a colonização do Brasil como marco inicial para desenvolver o estudo proposto para este artigo.

Escrever sobre práticas, valores e comportamentos sexuais anteriormente à vinda dos portugueses implica em um estudo complexo e abrangente, com necessidade de fontes específicas, que não cabe neste momento. Além disso, autores clássicos da História do Brasil reconheceram a História Colonial como o início da formação histórica da nacionalidade brasileira (Abreu, 2000; Holanda, 2000; Lima, 2000), sem desconsiderar toda a vivência, criação, pensamento e perspectiva dos povos originários.

Parker (1991) escreveu sobre a cultura sexual brasileira a partir de documentos históricos produzidos por Pero Vaz de Caminha, Américo Vespúcio, Hans Staden e Manoel da Nóbrega, que viveram nos séculos XV-XVI e das obras clássicas de Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Antonio Cândido, que, como resumiu Bueno (2014, p. 210), obras que retratavam “[...] a formação do povo brasileiro ora como uma mistura racial, ora como uma mistura cultural de brancos europeus, negros africanos e indígenas nativos”.

É o encontro dos portugueses com os povos originários, o encontro de duas culturas antagônicas, que surpreende a ambos. De um lado, a nudez das mulheres nativas, a autonomia feminina e a concepção de práticas sexuais distintas daquela vigente no mundo católico português. De outro, a ingerência da Igreja, a submissão da mulher, o androcentrismo tão natural.

Priore (2000, p. 17) fala que, “[...] ao desembarcarem na então chamada Terra da Santa Cruz, os recém-chegados portugueses impressionaram-se com a beleza de nossas índias: pardas, bem-dispostas, com cabelos compridos, andando nuas e sem vergonha”. Para Gomes; Novais (2013), até mesmo Pero Vaz de Caminha se surpreendeu e escreveu para Portugal mencionando as características sexuais das mulheres indígenas.

Terminada a pré-colonização, é necessário à Coroa portuguesa povoar a terra com a vinda cada vez mais numerosa de colonos, incluindo mulheres brancas, e de uma nova etnia: africanos escravizados para suprir a mão de obra nos engenhos de açúcar. E o tripé multiétnico que dá origem ao povo brasileiro estava formado. Prossegue a submissão, agora mais institucionalizada, com:

[...] o senhor de engenho, dono da terra, dos *escravos*, da mulher, das filhas, dos filhos, dos empregados, ocupava o topo de uma hierarquia em que somente os homens tinham voz e razão. As mulheres, brancas ou negras, eram submissas e a elas era negado qualquer direito. As primeiras

seriam mães de seus herdeiros, estas últimas, objeto de desejo (Ribeiro; Bedin, 2013, p. 159).

Período largamente estudado por Freyre (1978), Vainfas (1997a, 1997b), Priore (2000, 2009) dentre outros, a Colônia caracterizou-se por uma educação sexual não formal que acontecia no dia a dia, influenciada pela ideologia católica do pecado e da transgressão (ainda que não necessariamente seguida), reproduzindo valores, atitudes e comportamentos de submissão feminina e de extrema valorização do poder masculino. Ribeiro (2004, p. 16) fala em “[...] sexo pluriétnico libidinoso para o homem; submissão e repressão do comportamento sexual da mulher, [e] normas, regras e condenações por parte da Igreja”. Vainfas (1997a, p. 27) comenta sobre o “[...] clero subserviente, [o] privatismo dos senhores [e a] religião circunscrita à esfera das famílias poderosas [...]”.

Os primeiros registros de uma educação sexual formal foram feitos na Suécia, em 1770, relacionados às conferências públicas sobre as funções sexuais (Boëthius, 1984), e Foucault descreveu uma experiência na Alemanha em 1776, em que o escritor progressista Johann Bernhard Basedow organizou um encontro com o propósito de “mostrar o sucesso da educação sexual ministrada aos alunos” (Foucault, 1980, p. 31). Conforme Foucault observa em suas obras, há maior controle sobre a sexualidade feminina. Especificamente em *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, descreve a sexualidade como uma criação discursivo-institucional, cuja função seria o controle dos indivíduos e das populações, em que o conceito de sexualidade é uma construção histórica e política produzida por relações de poder e saber, e nasceu como a justa medida de separação entre normalidade e anormalidade (Foucault, 1980). Porém, estes estudos se aplicam mais aos séculos XVIII-XIX, quando os conceitos de normal e patológico são forjados, ainda que possam ser referência para compreendermos as atitudes e comportamentos sexuais da Colônia.

O primeiro momento histórico da educação sexual no Brasil, portanto, é recheado de erotismo e violência, de sensualidade e abuso sexual. Documentos da Inquisição, de visitas diocesanas, cartas enviadas a Portugal descrevem as práticas sexuais entre portugueses e várias indígenas, africanas escravizadas e até mesmo relacionamentos homoeróticos (Mott, 1988; Vainfas, 1997a; Vainfas, 1997b; Araújo, 1997).

Essa documentação.

[...] contém numerosos exemplos de senhores que, não obstante casados, possuíam nas escravas amantes habituais, das quais tinham filhos, dando escândalo público de seus atos. Enlaces entre senhores e escravas, utilização homossexual de cativos, paixões ou violências que pontuavam, no mundo sexual, as relações entre o mundo dos senhores e a senzala, nada disso falta à documentação judiciária relacionada à Colônia [...] (Vainfas, 1997b, p. 234).

A Igreja Católica colonial, constituindo a força máxima que influenciou atitudes, comportamentos e concepções sexuais, acabou por institucionalizar a gestação do pensamento, do caráter e da cultura sexual do povo brasileiro ao longo de sua História:

A moralidade cristã, que estabelecia um distanciamento muito grande entre os indivíduos e seus corpos, com uma conduta sexual focada exclusivamente na reprodução e não no prazer, encontrou em terras brasileiras um verdadeiro campo de batalha contra a “perdição da carne”. Passa a integrar o projeto civilizador da Igreja o processo de adestramento da sexualidade tanto dos nativos quanto dos colonos que passaram a se estabelecer no território. Partindo da reafirmação dos estereótipos femininos como o da “santa-mãezinha” - que enquadrava toda uma série de características desejadas para as mulheres como ser piedosa, submissa e assexuada - o estabelecimento no dispositivo de controle da sexualidade “honra” delimitou os espaços de atuação de homens e mulheres não só em relação à conduta sexual, mas em toda a complexa rede de relações interpessoais daquela sociedade (Braga Junior, 2015, p. 207).

Com a Independência, em 1822, iniciou-se o segundo momento histórico da educação sexual no Brasil. O recente país desejava mostrar ao mundo sua nova condição política, e tão logo termina a guerra da independência, em 1824, compelia uma aproximação cultural, política e econômica com a Europa visando reconhecimento e impedindo uma possível recolonização, desejo ainda vigente pelo reino português. A modernização era necessária, assim como novos valores e costumes.

Ainda que autores das margens (Costa; Cravo, 2023; Oliveira; Pimenta, 2022; Ribeiro; Terra, 2021) questionem o processo de Independência do Brasil, não cabe, neste artigo, fazer uma análise revisionista desse processo. Entendemos e valorizamos a reescrita da história oficial que dá voz a grupos marginalizados, como escravizados, mulheres, indígenas, comunidade LGBTQIA+ e, de certa forma, escrevemos a História da Educação Sexual a partir desse viés. Porém, utilizamos neste artigo o termo *Independência* apenas como o processo histórico que encerrou o domínio colonial português.

No entanto, o patriarcado se mantinha — nem era possível excluí-lo — e o discurso religioso da igreja perante as práticas sexuais encontrava um aliado no discurso médico, em que a sexualidade passava a ser tratada como caso de higiene e saúde. Utilizamos aqui o conceito de Saffioti (2015), que explica que patriarcado é uma estrutura de dominação e exploração social de submissão das mulheres aos homens, sustentada tanto na exploração do trabalho quanto na ideologia. Saffioti enxerga o patriarcado não de forma isolada, mas em junção com o capitalismo e o racismo, formando um sistema tríplice ao qual dá o nome de o "nó de dominações", que fundamenta a sociedade brasileira.

No século XIX a Medicina se consolida no país, pois enquanto Colônia não havia um reconhecimento da profissão. O comportamento sexual, antes visto na esfera do pecado, tornou-se um risco de se contrair doenças orgânicas ou mentais (Ribeiro, 2004). A necessidade de um projeto de nação coloca lado a lado, como aliados, a Medicina e o Estado brasileiro a partir da segunda metade do século XIX, como analisa Oliveira (2013, p. 1-2):

Nessa perspectiva, museus de ciência natural, escolas de medicina e de direito deveriam criar uma *intelligentsia* robusta capaz de gerar os subsídios discursivos que fizessem coadunar os interesses do liberalismo [...] No entanto, para que esse projeto pudesse ser levado a cabo, seria necessária uma maior intromissão estatal na regulação dos indivíduos, bem como uma reestruturação dos próprios mecanismos de controle da ordem social... a medicina vai desempenhar uma importante mediação na regulação individual e social por parte do Estado, o que aconteceu por sua paulatina ingerência na família.

No Império, destacam-se três contextos em que a sexualidade é percebida, embora, diferentemente da Colônia, em que há vasta documentação para ser estudada acerca das práticas sexuais, o período ao longo de todo o século XIX carece de fontes numerosas acerca das práticas e comportamentos sexuais. Primeiramente temos os Códigos de Conduta, que constituem:

[...] uma fonte extremamente rica para se compreender não só a sexualidade, mas também os costumes, a vida privada e a vida pública... Introduzidos no Brasil a partir da vinda da corte portuguesa, esses códigos e tratados de conduta remontam ao século XVIII e em especial à França. [...] Escritos de maneira didática e de fácil manuseio [... ensinam] como agir, como se portar frente às situações, tais como na Igreja, no Paço, no tratamento com as pessoas, nas assembleias, nas situações sociais mais diversas (Senatore; Morila, 2013, p. 171-173).

O mais famoso desses códigos é O Código do Bom Tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX, escrito pelo Cônego José Ignácio Roquette (1801-1870). Tem-se também o significativo número de teses defendidas nas Faculdades de Medicina, cujos temas abordam a prostituição e a sífilis. E em terceiro lugar a própria moral médica da normatização, presente nas ações sociais e de saúde vigentes em todo o século XIX. Segundo Machado *et al.* (1978, p. 335),

[...] a Academia e a Faculdade de Medicina voltam-se para a prostituição e mostram como ela prejudica a população brasileira, por atingir diretamente a família. Através de teses, memórias, sessões dedicadas à prostituição, os médicos apontam as consequências funestas de uma prostituição desregrada. A grande doença proveniente dessa situação é a sífilis, contagiosa, hereditária e poderoso agente morbífico. [...] A família brasileira acha-se ameaçada em sua própria existência por uma doença, que, através de seu “chefe”, contamina esposa e filhos.

Se na Colônia a Igreja normatizava as práticas sexuais da família e da sociedade em geral, no Império a ingerência era da Medicina:

A medicina higienista impõe às famílias uma educação física, moral e sexual que será responsável por várias mudanças nos costumes familiares... Contribuiu, junto com outras instâncias sociais, para transformá-la na instituição conjugal e nuclear característica de nossos tempos [...] A família nuclear e conjugal [...] higienicamente tratada e regulada (Costa, 1989, p. 13).

Do interesse médico pela família, pela intimidade e pela própria sexualidade, culminando nas teses sobre prostituição, passamos para o terceiro momento histórico da educação sexual no Brasil, este sim explicitamente relacionado à educação sexual, pois é o período em que pela primeira vez se usa este termo em livros publicados por importantes editoras. Estamos nas primeiras décadas do século XX, mais precisamente de 1920 a 1950, quando a Sexologia se consolida e “[...] o conhecimento sexual [é] assimilado e interpretado por médicos, educadores e sacerdotes, e difundido no Brasil por meio de livros destinados ao grande público” (Reis; Ribeiro, 2004, p. 28).

Grandes obras de educação sexual foram escritas e publicadas, destacando-se o médico carioca José de Albuquerque (1904-1984), pioneiro da educação sexual no Brasil, cujo primeiro livro desta temática foi Educação Sexual, em 1934, publicado pela Editora Calvino, do Rio de Janeiro. Anteriormente, já havia publicado Introdução ao estudo da *pathologia* sexual, em 1928; Higiene sexual, em 1929; e Moral sexual, em 1930. Posteriormente, publicou, dentre outros, Educação

sexual pelo rádio, em 1935; Catecismo de educação sexual, em 1940; e Quatro letras, cinco lustros, em 1958.

José de Albuquerque pode ser considerado como o primeiro idealizador ou proponente de um projeto nacional para levar a educação sexual para todo o país. Criou o Círculo Brasileiro de Educação Sexual (C.B.E.S.), que para Ribeiro (2004),

[...] foi uma instituição com penetração nos mais importantes círculos intelectuais e políticos brasileiros dos anos 30, e contrariamente à ideia de repressão sexual vigente no período, resquício do vitorianismo, pôde difundir seu trabalho de orientar a população de forma eficaz (Ribeiro, 2004, p. 35).

Albuquerque promoveu palestras públicas, eventos, premiações de livros, utilizou o rádio como espaço para a educação sexual, organizou um museu e uma pinacoteca na sede do C.B.E.S, defendia o divórcio (lembrando que somente em 1977 o divórcio foi implantado no país) e instituiu o dia 20 de novembro como o Dia do Sexo. Foi o criador do importante periódico Boletim de Educação Sexual, em 1933, com duração até 1939. Estudos mais aprofundados sobre José de Albuquerque poderão ser lidos em Carrara (1997), Russo; Carrara (2002), Reis; Ribeiro (2004), Reis (2006), Felício (2011), Oliveira (2012); Carrara; Carvalho (2016), Fontoura (2018) e Oliveira *et al.* (2023). Além de Albuquerque, este terceiro momento histórico tem como pioneiros Hernani do Irajá, Álvaro Negromonte e Gastão Pereira da Silva.

O quarto momento histórico da educação sexual no Brasil é curto e corresponde a menos de uma década, mesmo assim com enorme importância. Trata-se do período em que, pela primeira vez, a educação sexual ocorre em escolas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Ribeiro (2004) descreve em que escolas a educação sexual foi implantada:

Belo Horizonte, em 1963, no Grupo Escolar Barão do Rio Branco; no Rio de Janeiro, em 1964, no Colégio Pedro Alcântara, e em 1968 nos Colégios Infante Dom Henrique, Orlando Rouças, André Maurois e José Bonifácio; em São Paulo, no Colégio de Aplicação Fidelino Figueiredo, de 1963 a 1968, nos Ginásios Vocacionais, de 1961 a 1969, e no Ginásio Estadual Pluricurricular Experimental, de 1966 a 1969 (Ribeiro, 2004, p. 19-20).

No entanto, os anos 1960 são os anos do Golpe de Estado de 1964, e a educação sexual nessas escolas foi interrompida:

O recrudescimento da repressão atingiu também aquelas escolas renovadoras, cujo trabalho acabou por ser interrompido. Os tempos não pareciam mais favoráveis a que se falasse abertamente sobre sexo. Escolas foram fechadas, professores foram denunciados, alguns foram até processados quando se arriscavam a dar orientação sexual (Barroso; Bruschini, 1982, p. 22).

Por ser um período recente de nossa história, muitos autores se debruçaram em obras e documentos que fornecem informações, e os estudos realizados nos trazem pontos de vista muito semelhantes. Como sugestão de leituras temos Werebe (1977), Barroso; Bruschini (1982), Ribeiro (1990, 2004), Guimarães (1995), Figueiró (1998), Ribeiro (2008) e Maio (2013), dentre outros.

No entanto, por muito tempo, os estudos indicavam os anos 1960 como sendo o marco do início da educação sexual no Brasil, e as primeiras décadas do século XX não recebiam a devida atenção. Ainda neste quarto momento histórico, tivemos um importante passo para a educação sexual, não obstante inútil devido ao contexto político e a recusa em sua aprovação pela Comissão Nacional de Moral e Civismo do Ministério da Educação e Cultura. Em 12 de fevereiro de 1968 a deputada carioca Julia Steinbruch, do MDB, protocolou o Projeto de Lei nº 1.035/68 que visava tornar obrigatória a educação sexual em todas as escolas de nível primário e secundário do território nacional (Brasil, 1968). Em 1967, a deputada foi considerada um dos dez parlamentares mais atuantes da Câmara dos Deputados, mas mesmo assim teve seu mandato cassado pelo Ato Institucional nº 5 de 13/12/1968 (AI-5) e seus direitos políticos suspensos por dez anos. A promulgação do AI-5 levou o país a viver os *anos de chumbo*, período marcado pelo aumento da censura, tortura indiscriminada, desaparecimentos e assassinatos de opositores, suspensão das garantias constitucionais, que tornava objetos de perseguição tanto a educação sexual quanto seus proponentes e defensores. Barroso e Bruschini (1982) explicam que

[...] a partir de 1968 houve um retrocesso em matéria de educação sexual que, na verdade acompanhou a onda de puritanismo que invadiu o país naquela época e que se manifestou, principalmente, pela intensificação do rigor da censura (Barroso; Bruschini, 1982, p. 23).

De 1978 a 1998 tem lugar o quinto momento histórico da educação sexual no Brasil, quando “[...] órgãos públicos — no caso secretarias de educação da esfera municipal e estadual — assumem projetos de orientação sexual nas escolas” (Ribeiro, 2004, p. 21-22). A partir da abertura política do presidente Ernesto Geisel

(1974 a 1979) — caracterizada como lenta, gradual e segura — são retomadas as ações para implantação da educação sexual, desta vez desenvolvidas a partir de projetos assumidos pela Prefeitura Municipal de São Paulo (entre 1978 e 1982) e a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (entre 1980 e 1986). A estas, seguem outras iniciativas, como a da Prefeitura Municipal de Campinas (de 1984 a 1998) e uma nova proposta na Prefeitura Municipal de São Paulo (1989 a 1992), desta vez na gestão de Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores (Gallacho, 2000). Ribeiro (2004) avalia que

[...] foram projetos importantes enquanto balizadores de espaços para o debate de temas de sexualidade e da orientação sexual na esfera educacional escolar, vários deles com resultados muito significativos, mas a interrupção do seu desenvolvimento nas mudanças dos governos foi uma característica observada que contribuiu para que não tivéssemos, necessariamente, projetos contínuos que fossem realizados devido à sua necessidade e qualidade, em detrimento da política partidária vigente a cada mudança de prefeito ou governador (Ribeiro, 2004, p. 23).

É nos anos 1980 que Rose Marie Muraro realizou importante pesquisa sobre a sexualidade da mulher brasileira (Muraro, 1983), em que analisa como era vivenciada a sexualidade feminina no Brasil a partir da situação de classe das mulheres burguesas, camponesas e operárias. Marta Suplicy publicou *Conversando sobre sexo* (Suplicy, 1983), livro que fez muito sucesso entre o grande público. Entre 1980 e 1986, notabilizou-se por ser a protagonista do *Quadro Conversando sobre Sexo no Programa TV Mulher*, da Rede Globo. Antes dela, só José de Albuquerque, que nos anos 1930 falava de sexo no rádio até no horário nobre – *A Voz do Brasil!* Marta Suplicy ousava falar em pênis e vagina, no orgasmo feminino, em educação sexual, em plena luz do dia e [...] provocou reações por parte de setores conservadores” (Bedin *et al.*, 2020, p. 81).

Além disso, em 1985 termina o governo militar e toma posse um presidente civil, José Sarney, dando início ao processo de transição democrática no país, culminando com a promulgação da Constituição de 1988, denominada Constituição Cidadã por ter restabelecido a democracia e os direitos civis. A partir desta redemocratização política, é conquistada a liberdade dos costumes — incluindo aqui a liberdade sexual — e a sociedade vive uma expansão rápida na mudança de valores, práticas e concepções sexuais.

A retomada das publicações em larga escala de obras sobre Educação Sexual foi fruto das ações realizadas com intensidade desde a abertura política ocorrida durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979): nos anos 1970-80 foram criadas associações científicas na área da sexualidade e da educação sexual, comportamentos e práticas sexuais foram objeto de debate na classe média, ainda que o Brasil vivesse uma ditadura, e destacamos a criação de instituições voltadas para a formação ou assistência em sexualidade, como o Instituto H. Ellis, de 1984, em São Paulo.

O início da década de 1980, ainda que sob a égide da ditadura militar, é um período com intensa publicação de livros e artigos contendo análises e propostas acerca da Educação Sexual, destacando Barroso; Bruschini (1982, 1983), Goldberg (1981), Matarazzo (1983), França (1983), Suplicy (1983), dentre outros. O *Jornal Folha de São Paulo*, em sua seção Tendências & Debates (sempre à página 3), publicava com regularidade artigos de Marta Suplicy, já mencionada, e Flávio Gikovate (1943-2016), psiquiatra que escrevia em vários periódicos de grande circulação, inclusive a Revista Cláudia, e tinha no *Jornal Folha de São Paulo* uma coluna semanal sobre comportamento humano entre 1980 e 1984.

O processo da redemocratização do Brasil após a ditadura militar de 1964, adjetivado de “lento, gradual e seguro” e ocorrido entre 1974 e 1985, teve como fator coadjuvante a discussão, na sociedade, dos valores e comportamentos sexuais e a consolidação do feminismo, inicialmente. Como analisou César (2009), educação sexual, gênero e feminismo tornaram-se marcos na luta pela redemocratização do país. Igualmente, o advento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), mais tardio, com o Programa Nacional de Controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/AIDS), em 1985, trouxe o debate sobre sexualidade e, pela primeira vez, propagandas sobre preservativos na TV.

De fato, nos anos 1980, como descreveu Ribeiro (1990, p. 15),

[...] a abertura política [...] trouxe significativas implicações no campo da sexualidade. Ao mesmo tempo que o povo fazia reivindicações políticas escolhia seus governantes e saía às ruas na campanha “Diretas Já”, as revistas eróticas publicavam fotos frontais de mulheres e homens nus, até pouco tempo proibidas, os cinemas exibiam filmes com cenas do chamado sexo explícito, e apareciam sex shops nas grandes cidades. A liberação sexual trouxe novos comportamentos, questionando preconceitos, derrubando tabus, e abalando sólidas tradições conservadoras...

Especificamente sobre os efeitos da epidemia do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV/AIDS) na sociedade brasileira enquanto provocadora de mudanças e valores, verificamos que houve

[...] um grande impacto na educação, na medida em que crescia o paradigma da informação como "arma" contra a epidemia. Assim, a escola no início dos anos 90 foi tomada como um lugar fundamental para a propagação de informações sobre o "sexo seguro", as quais incluíam, além do contágio do HIV/AIDS e outras DSTs, a "gravidez na adolescência", que para os especialistas começou a ser tomada como um "problema pedagógico" importante. A partir desse momento, o discurso da sexualidade nas escolas brasileiras foi definitivamente colonizado pela ideia de saúde e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez a adolescência, tomadas como sinônimo de problema de saúde física e social (César, 2009, p.42).

Nos anos 1990 surgem nas universidades os grupos de pesquisa com temática sexual (Bedin, 2010; Bedin, 2016), continuam as publicações sobre educação sexual, como Ribeiro (1990) e Guimarães (1995), e a Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana, que havia sido criada em 1987, lança a Revista Brasileira de Sexualidade Humana. O mais antigo grupo de pesquisa foi o Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE), criado em 1990, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, cuja primeira coordenadora foi Guacira Lopes Louro. Em 1991 surgem o Núcleo de Estudos da Sexualidade (NES), na Universidade do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, e o Instituto Kaplan, em São Paulo. Posteriormente, temos o Centro de Orientação e Desenvolvimento da Sexualidade (CEDES), em São Caetano do Sul, fundado por Celso Marzano em 1995; e o Instituto Paulista de Sexualidade (InPaSex), fundado por Oswaldo Martins Rodrigues Junior e Carla Zéglío, em São Paulo, em 1996 (Russo; Rohden, 2011).

O advento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (Brasil, 1997), primeiro documento oficial aprovado e divulgado pelo governo federal com referência à educação sexual, nele denominada orientação sexual, inaugura o sexto momento histórico, possibilitando (teoricamente) o surgimento de um ambiente mental, social e educacional favorável a ações educativas relacionadas às questões sexuais. Criados para orientar os professores da Educação Básica e lhes fornecer um referencial curricular para a Educação, os PCN, juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases "Darcy Ribeiro" (LDB), de 1996, reconhecem a educação sexual como necessária e importante ação educativa escolar. Ribeiro (2004) encerra aqui sua proposta de momentos históricos da educação sexual, na verdade denominando como *sexto*

momento o período imediatamente posterior aos PCN e à LDB, porém sem uma análise aprofundada:

A partir desta iniciativa oficial, abrem-se as portas para que escolas, instituições, educadores e outros profissionais possam realizar trabalhos de orientação sexual contando com o apoio e acompanhamento dos órgãos governamentais (Ribeiro, 2004, p. 14).

Neste momento, então — a publicação dos PCN, Ribeiro (2004) encerra sua proposta de organizar e contextualizar os períodos históricos da educação sexual no Brasil, o que nos levou a propor uma atualização, que tem em vista analisar a conjuntura e a inserção da educação sexual nos momentos históricos subsequentes, mais especificamente os períodos de 2000 a 2014 e de 2014 a 2025.

3 Ascensão e queda da educação sexual: de 2000 a 2014

Se considerarmos a segunda metade do século XIX como sendo o início da produção científica com temática sexual, tendo na defesa de teses nas faculdades de medicina o espaço aberto para o debate acadêmico, teremos 150 anos de duração de um processo gradual de institucionalização e crescimento de um campo de saber — a sexologia — responsável pelo surgimento da educação sexual nas primeiras décadas do século XX. Paulatinamente, nos 3º, 4º e 5º momentos históricos da educação sexual propostos por Ribeiro (2004), observamos quanto evoluiu o pensamento científico sexual brasileiro, não obstante a oscilação das ondas de contenção e liberdade.

Os anos 2000 trazem a consolidação dos estudos e pesquisas em educação sexual, e é justamente em 07 de fevereiro de 2000 que Paulo Rennes Marçal Ribeiro cria o Núcleo de Estudos da Sexualidade, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Araraquara¹. Marcos Ribeiro cria o Centro de Orientação e Educação Sexual (CORES), no Rio de Janeiro (Russo; Rohden, 2011), com certeza sem saber que duas décadas depois iria cursar o mestrado da UNESP.

¹ Paulo Rennes Marçal Ribeiro nasceu em 1957, no Rio de Janeiro. É psicólogo, doutor em Saúde Mental e o primeiro Livre-Docente em Sexologia e Educação Sexual do Brasil. Na pesquisa nacional de Russo; Rohden (2011) foi incluído na segunda geração da Sexologia brasileira. É o idealizador e criador do primeiro Mestrado em Educação Sexual do país, em 2012, na UNESP. (Bedin, 2016; Ribeiro, 2016).

Novos tempos, ares democráticos e liberdade de expressão contribuem para que a sociedade pense e discuta assuntos sexuais:

Entramos nos anos 2000 com uma educação sexual forte, pujante e reconhecida, com muitas publicações, notadamente livros de referência, capaz de importantes realizações, como os I, II, III e IV Congressos Brasileiros de Educação Sexual UNESP – UEL – UDESC, em 2008, 2012, 2014 e 2016 (Araraquara, Araraquara, Florianópolis e Araraquara), precedidos por dois simpósios (Araraquara, 2005 e Londrina, 2006). [...] O reconhecimento de vários marcos legais para o trabalho com Educação Sexual indicava como os ambientes mental, social e escolar construídos ao longo de 150 anos, aparentavam solidez e estabilidade (Ribeiro, 2019, p. 34).

Este é o sétimo momento histórico da educação sexual no Brasil, justamente o período em que a sociedade colhe os frutos de um investimento centenário:

[...] de 2003 a 2011 a sociedade brasileira realizou avanços extremamente expressivos no campo da igualdade de gênero e no combate à homofobia, este último com a criação, em 2004, de um Programa que visava promover a cidadania e os direitos humanos à população LGBT e combater a violência e a discriminação. Em 2006 é sancionada a Lei Maria da Penha. Em 2008 é realizada a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, convocada pelo presidente Lula para ouvir as demandas da população LGBT de todo o país. Em 2010 foi permitida a adoção de crianças por casais homoafetivos [...]. Em 2011 foi reconhecida a união estável entre pessoas do mesmo sexo [...] (Ribeiro, 2019, p. 35-36).

Como demonstram os resultados da pesquisa de Russo e Rohden (2011), e Bedin (2010), se intensificam a produção de dissertações e teses em sexualidade e educação sexual no Brasil e a criação de grupos de pesquisa, como o Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em 2002. Em 2003, na 23ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED), em Poços de Caldas, foi aprovada a proposta de criação do Grupo de Estudos (GE) 23 com o título de Sexualidade, Gênero e Educação (Ribeiro, 2016). Para a coordenação e vice-coordenação foram escolhidos, respectivamente, Guacira Lopes Louro, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Paulo Rennes Marçal Ribeiro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

É de 2012 a criação do primeiro curso de Mestrado em Educação Sexual do país, na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Araraquara, por iniciativa de Paulo Rennes Marçal Ribeiro. Neste mesmo ano, a realização do II Congresso Internacional de Sexualidade e Educação Sexual, também em Araraquara (Bedin, 2016; Ribeiro,

2016). Pensamos que o referido curso de Mestrado foi criado no momento certo, pois, mais um pouco seria barrado com muita probabilidade. Em 2014 se intensifica a onda de conservadorismo no Brasil iniciada no ano anterior. No segundo governo Dilma (iniciado em 1º de janeiro de 2011) já se nota o crescimento e a força de deputados da bancada evangélica que são contrários a temas por eles considerados em oposição aos “princípios cristãos” e que ferem a família e os cidadãos de bem: sexualidade, educação sexual, direitos do movimento LGBT, direitos humanos. Se desde os anos 1980 víamos a sociedade brasileira caminhando por uma estrada pró-sexual, a partir de 2014 se torna mais intenso um discurso antissexual que anuncia o crescimento rápido e significativo de uma posição conservadora, autoritária e preconceituosa adotada, atualmente, por metade da população do país. De fato, segundo dados do consórcio Institut Public de Sondage d'Opinion Secteur/Instituto de Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipsos/Ipec), “[...] a sociedade brasileira apresenta um perfil de alto conservadorismo, especialmente em temas de costumes, com cerca de 49% dos brasileiros com alto grau de conservadorismo” (Ipsos-Ipec, 2025).

O termo ideologia de gênero é alçado a patamares elevados não atingidos anteriormente, ainda que desde os anos 1990 o conceito existisse, lançado pela ala conservadora da Igreja Católica como coadjutor no combate à “perniciosa” influência dos estudos de gênero, em franca ascensão (Reis; Eggert, 2017). Assimilada por setores da sociedade e tornada palavra de ordem no combate a grupos progressistas, a ideologia de gênero passou a ser usada indiscriminadamente por todos aqueles que optaram por um viés que visa suprimir a liberdade de expressão, os direitos humanos e a cidadania e optaram por uma concepção repressora da sexualidade. Uma aliança composta por evangélicos e católicos mais fundamentalistas resultou na divulgação de:

[...] informações distorcidas para impedir que se [alcançasse] a equidade entre os gêneros e o respeito à diversidade sexual, conforme [vinha] sendo ratificado internacional e nacionalmente há décadas com a intenção de diminuir as discriminações e as violências baseadas em gênero (Reis; Eggert, 2017, p. 18)

Mesmo sem qualquer embasamento científico e sem reconhecimento pela área de Estudos de Gênero, o termo ideologia de gênero ganhou força e seguidores, em decorrência da forte propaganda enganosa atrelada a essa ideologia (as *Fake*

News) que o usam para justificar ações contra o debate sobre identidade de gênero e orientação sexual nas escolas, direitos reprodutivos, cidadania e direitos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/transexuais/travestis, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais/plurissexuais, Não-binários e outras identidades (LGBTQIAPN+), os papéis tradicionais de gênero — mulher submissa e cuidadora, homem dominador e provedor — e a própria educação sexual. A disseminação deste conceito deu apoio à mobilização política e cultural e aos discursos inflamados contra os avanços sociais que levariam à destruição da família e à doutrinação das crianças (Ribeiro; Monteiro, 2019; Ribeiro, 2017).

A partir de 2014, cresce um mobilização conservadora, ideologicamente de extrema direita, que progressivamente conquista grande arte da população brasileira com um discurso de contestação a pautas rotuladas de esquerdizantes que precisavam ser erradicadas da sociedade: direitos civis e direitos humanos, igualdade de gênero, combate à homofobia, empoderamento feminino, erradicação do racismo, promoção da defesa do meio ambiente, dentre outras (Ribeiro, 2019). Destaca-se o Movimento Brasil Livre (MBL), uma associação liberal e conservadora, predominantemente com jovens em seus quadros e capacidade de organizar grandes manifestações de rua, com ativa participação no impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2015-2016.

Yamamoto; Moura (2018, p. 154) explicam que,

[...] apesar do MBL se autodenominar apertidário, neutro e defensor da liberdade e das riquezas do país, uma análise prévia sobre seus enunciados transparece objetivos claros: acabar com o Partido dos Trabalhadores (PT), viabilizar a prisão do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, diminuir a ação do Estado sobre a vida social, entre outros.

Bedin *et al.* (2020) apontam que, entre os anos de 2014 e 2015, os Planos Municipais de Educação que foram elaborados com tópicos que sinalizavam a educação sexual e o debate em torno das questões de igualdade de gênero, tiveram suprimidos, por várias câmaras de vereadores, os artigos que favoreciam ações educacionais destes temas.

O Plano Nacional de Educação (PNE), de 2015, omitiu ações voltadas para a igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual e eliminou a palavra gênero. Houve um recuo por parte do governo federal devido à pressão da Câmara dos Deputados. Professores foram intimidados a partir de um movimento que visava

impedir a abordagem, em sala de aula, de questões de gênero, incluindo a diversidade, homossexualidade e temas afins, temas então rotulados de “ideologia de gênero”. Vale a pena frisar, no entanto, que

[...] nenhum dos documentos finais das Conferências Nacionais de Educação de 2008, 2010 e 2014 [...] fazem menção do termo “ideologia de gênero”, e sim têm por objetivo garantir o alcance da equidade entre os gêneros e o respeito à diversidade sexual (Reis; Eggert, 2017, p. 17).

Este contexto contribuiu para o advento de um período que dividiu o Brasil e prejudicou sobremaneira as conquistas políticas, sociais e sexuais até então valorizadas e consideradas indispensáveis para a cultura brasileira:

[...] a partir principalmente de 2015, um discurso anti-sexual e contrário às liberdades conquistadas assola o Brasil de norte a sul. Uma onda de conservadorismo estimulada por um fundamentalismo cristão exacerbado inicia uma cruzada contra atitudes, manifestações e discursos considerados contrários aos princípios ditos cristãos. Igualdade entre gêneros, diversidade sexual, homofobia, cidadania, liberdade de expressão são temas associados ao comunismo, à esquerda, ao petismo e passam a ser execrados por setores da sociedade que, até então ofuscados pela democracia, ganham força fazendo oposição ao então governo do Partido dos Trabalhadores. Conseguem eleger, em 2018, um presidente de extrema-direita afinado com o fundamentalismo cristão e, desde janeiro de 2019, as ações políticas do governo passam pelo crivo de uma nova moral que pauta as decisões a partir de princípios religiosos e avaliação subjetiva (Ribeiro; Monteiro, 2019, p. 1257).

O que verificamos, então, neste final de momento histórico foi a intensificação de estigmas e preconceitos contra mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, a exacerbação da censura e o surgimento, por medo, de uma autocensura em escolas e universidades. É o início da desmobilização e dissolução de políticas públicas para o desenvolvimento de ações de cidadania, direitos e igualdade. Passamos a ter uma população manipulada, ausência de senso crítico e posturas, atitudes e discursos insanos e sem fundamentação científica, com destaque para o movimento contra vacina e a crença na Terra plana.

4 A extrema direita e a nova repressão sexual a partir de 2014

Os retrocessos políticos, sociais e culturais do momento histórico anterior se intensificaram após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, tanto no governo de Michel Temer (2016–2018) quanto no de Jair Bolsonaro (2019–2022). No caso da Educação, o exemplo mais nítido é o da homologação da Base Nacional

Comum Curricular (BNCC), o mais importante documento que define as aprendizagens essenciais de todos os alunos brasileiros da Educação Básica. Como já ocorrera com o Plano Nacional de Educação de 2015, a BNCC sofreu uma série de cortes e modificações em seu texto final:

O Congresso Brasileiro (talvez em maior intensidade a Câmara dos Deputados) é conservador, com grande número de representantes que não ousam debater sobre Educação Sexual, Sexualidade e Gênero, considerando que são temas para serem discutidos no âmbito familiar. No caso do Gênero, há uma dificuldade em se aceitar que as mulheres tenham os mesmos direitos dos homens. Com a ascensão da extrema direita, empoderada e muito representada a partir do governo Temer, valores conservadores são disseminados objetivando suprimir a liberdade de expressão, afetando o texto da BNCC (Monteiro; Ribeiro, 2020, p. 17).

A atual BNCC teve duas versões anteriores à que foi homologada, uma lançada em setembro de 2015 e a outra em março de 2016, sendo que em ambas, itens, parágrafos e trechos que continham referência à sexualidade, gênero ou diversidade sexual foram suprimidos (Leão *et al.*, 2024; Desidério, 2020) até que uma versão livre de palavras e conteúdos “ideológicos” e “inapropriados” pudesse ser homologada. Todavia, muitos setores progressistas criticaram e têm criticado essa onda repressora de censura e exclusão. Afinal, “[...] frente a um documento que exclui a temática da sexualidade, a resistência é uma ação necessária e fundamental para um efetivo trabalho de Educação Sexual com crianças nas escolas” (Desidério, 2020, p. 110).

Nestes dois anos pós-impeachment, com tal pensamento dominando a maioria do Congresso Brasileiro, ocorreu uma redução significativa na prioridade política dada aos direitos das mulheres e da população LGBTQIAPN+ e um verdadeiro desmonte institucional por parte do governo federal. Michel Temer extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e vários conselhos e comissões que tratavam da promoção da igualdade de gênero e da diversidade sexual foram desarticulados. Houve censura e retirada de livros didáticos de circulação, e o discurso para justificar tais ações voltava-se para “a apologia a ideologia de gênero”.

Em relação aos professores,

[...] forças conservadoras em geral ligadas às religiões, passam a trabalhar no sentido contrário, deslegitimando professores, pesquisadores e chamando a educação sexual para o espaço privado, sob o argumento de que ela é dever das famílias. [...] afirmam em discursos inflamados nas

tribunas e nas redes sociais que os professores querem ensinar “pornografia” nas escolas e ensinar as crianças a “serem gays” (Silva *et al.*, 2020, p. 157.

Com a eleição de 2018 e a vitória de Jair Bolsonaro, o país passou a ter um governo de extrema direita, uma ideologia liberal e conservadora com tendência a continuar vibrante e um congresso com minoria à esquerda. As questões de sexualidade, gênero e diversidade continuaram sendo tratadas sob a mesma perspectiva conservadora influenciada pelo fundamentalismo cristão, só que com muito maior intensidade. O presidente e seus aliados ideológicos, incluindo governadores de estados, utilizaram largamente o termo “ideologia de gênero” em discursos de oposição a debates sobre identidade de gênero e diversidade sexual nas escolas e em políticas públicas, impactando sobremaneira decisões administrativas, discursos oficiais e programas federais.

Ostensivamente, governo e integrantes do Congresso visavam restringir abordagens sobre gênero e sexualidade no currículo escolar e extinguir ações, programas e estruturas que apoiassem a população LGBTQAPN+. Bolsonaro dissolveu o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT e, em seu governo, quaisquer atividades visando políticas públicas voltadas à proteção e visibilidade dessa população foram negligenciadas e enfraquecidas. Discursos homofóbicos e transfóbicos tornaram-se rotineiros na fala do presidente da república. Durante o governo Bolsonaro, a Bancada Evangélica do congresso influenciou nomeações nos ministérios da educação, direitos humanos e saúde, a partir de seu acesso privilegiado ao Planalto.

A ascensão do bolsonarismo² aumentou o discurso e a violência contra mulheres e a população LGBTQIAPN+, inclusive por parte de figuras públicas que legitimavam práticas de inclusão. A polarização política extrema instaurada aliada a um discurso de ódio inflamado contra opositores e discordantes, deixou o país mais dividido, culminando em uma tentativa de Golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023,

² O Bolsonarismo é caracterizado por um populismo radical de direita, ultraconservador e com uma visão de mundo nacionalista e pseudo patriótica, e por isso, torna-se complexo conceitua-lo. Combate a esquerda de forma exacerbada, fomenta discursos de ódio, defende os valores tradicionais e o autoritarismo. Ele vai além da figura de Jair Bolsonaro, formando uma identidade coletiva que se fundamenta na negação de tudo o que não seja “bolsonarista”: o outro, a esquerda, as minorias, a liberdade de expressão se esta for do outro. Sugerimos a leitura de A palavra e a coisa: Bolsonarismo como convergência, horizonte, infraestrutura, ecologia e máquina, de Rodrigo Nunes (2024) e O que é ser Bolsonarista, de Matheus Magenta (2022), para melhor compreensão.

representado por uma série de atos de vandalismo, invasões e depredação do prédio do STF, do Congresso Nacional e o Palácio do Planalto.

Vivemos, então, o oitavo momento histórico da educação sexual no Brasil, caracterizado por um ambiente político autoritário e hostil, um período de retrocessos e um cenário adverso, em que a educação sexual precisou de defensores que mantivessem vivas as pautas e propostas de cidadania e direitos sexuais e reprodutivos. No entanto, é importante visualizar que houve oposição à barbárie e à ignorância, tanto que, uma nova e acirrada disputa eleitoral dá a vitória a Luís Inácio Lula da Silva, que se tornou presidente do Brasil tomando posse em seu terceiro mandato em 1º de janeiro de 2023. Movimentos sociais, Organizações não Governamentais, universidades e setores do Judiciário notadamente o STF, atuaram de forma ativa na defesa dos direitos relacionados, não somente à sexualidade e ao gênero, mas também da cidadania e da liberdade, garantindo a manutenção do estado democrático de direito.

5 Considerações finais

Este oitavo momento histórico da educação sexual no Brasil é o momento atual, como já afirmado, ainda não terminou e é marcado por resquícios da ideologia do ódio e a esperança no futuro. Convivemos com dois pensamentos diametralmente opostos com duas visões extremamente distintas de enxergar a sociedade e seus valores. A política se encontra polarizada entre esquerda e direita, constituindo uma verdadeira guerra que exacerba a intolerância e a violência simbólica entre “esquerdistas” e “patriotas”.

Por um lado, temos os direitos e as liberdades fundamentais, a garantia do respeito à lei e a supremacia da Constituição, a proteção dos direitos dos cidadãos, a liberdade individual e a certeza de que o poder do Estado e de seus órgãos e representantes será sempre limitado e regulamentado pela lei. Por outro, temos o desrespeito à cidadania e aos direitos individuais, o controle social autoritário, a repressão, a ausência de transparência na distribuição de verbas públicas, a destruição do meio ambiente, a opressão, o uso da violência para demonstrar autoridade e tantas outras formas de autoritarismo.

De um lado, temos a ciência. Do outro, a crença e a ignorância. Trazendo à memória um livro atemporal do grande mestre Régis de Moraes, estamos “[...] entre a

educação e a barbárie” (Morais, 1983). Com a educação sexual, esse antagonismo se repete. Com oscilações cronológicas entre o proibido e o permitido, entre a liberdade e a repressão, a educação sexual continua construindo sua história.

Conseqüentemente, este conhecimento é importante e necessário para a formação de professores das licenciaturas e da pedagogia e também na educação continuada. As manifestações da sexualidade na escola estão cada vez mais presentes, intensas e diversificadas, independentemente do desejo dos setores conservadores e da repressão instituída. E é preciso que os professores detenham também o conhecimento histórico e cultural acerca da construção da sexualidade para poderem lidar com as atitudes e comportamentos sexuais de hoje.

Não há como levar a educação sexual para a escola sem compreender sua afinidade temática com questões de repressão e discriminação resultantes da cultura e da sociedade ao longo da história. Para onde vamos? Somente nos será permitido saber daqui a alguns anos, quando outros pesquisadores se debruçarem sobre nossa história e quiserem dar sequência aos momentos da história da educação sexual no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- ALBUQUERQUE, José. **Introdução ao estudo da pathologia sexual**. Rio de Janeiro: Typ. Coelho, 1928
- ALBUQUERQUE, José. **Higiene sexual**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1929.
- ALBUQUERQUE, José. **Moral sexual**. Rio de Janeiro: Typ. Coelho, 1930.
- ALBUQUERQUE, José. **Educação sexual**. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1934.
- ALBUQUERQUE, José. **Educação sexual pelo rádio**. Círculo Brasileiro de Educação Sexual, 1935.
- ALBUQUERQUE, José. **Catecismo da educação sexual**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.
- ALBUQUERQUE, José. **Quatro letras, cinco lustros**. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora Jornal do Comércio, 1958.
- ARAÚJO, Eduardo. Arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. *In*: Mary del Priore (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 45-77.
- BARROSO, Carmen; BRUSCHINI, Cristina. **Sexo & juventude: um programa educacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- BARROSO, Carmen; BRUSCHINI, Cristina. **Educação Sexual: debate aberto**. Petrópolis, Vozes, 1982.
- BEDIN, Regina Celia. **A história do Núcleo de Estudos da Sexualidade e sua participação na trajetória do conhecimento sexual na UNESP**. 2016. 157f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2016.
- BEDIN, Regina Celia. **A institucionalização do conhecimento sexual enquanto tema de investigação e ensino em universidades brasileiras a partir das ações de grupos de pesquisa**. 2010. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.
- BEDIN, Regina Celia; MUZZETI, Luci Regina; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil: sexologia e educação sexual do século XX aos dias de hoje. **Revista Humanidade & Inovação**. Tocantins, v. 7, n. 27, p. 72-88, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5160>. Acesso em: 12 abr. 2025.
- BOËTHIUS, Carl Gustav. La educación sexual en Suecia y sus resultados. **Actualidades de Suecia**. Estocolmo, n. 315, 1984, p. 1-10.

BONFIM, Cláudia. **Desnudando a educação sexual**. Campinas: Papirus Editora, 2012.

BRAGA JUNIOR, Walter de Carvalho; BRAGA, Anna Paula Oliveira Sales Ferreira. Adestrar os corpos, civilizar os sentidos: a honra como dispositivo de controle da sexualidade no Brasil (colônia e império). **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 5, n. 5, p. 207-218, 2015. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/574>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Constituição e Justiça. **Parecer ao Projeto de Lei nº 1.035/68**. Brasília, DF, 15 out. 1968.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília, DF: MEC/DEF, 1997.

BUENO, Heitor Campos. Corpos, prazeres e paixões. **Revista de História da UEG**, Morrinhos, v. 3 n. 1, p. 209-212, 2014.

CARRARA, Sérgio. Sexualidade e sexologia no Rio de Janeiro de entre guerras: notas preliminares de pesquisa. **Cadernos IPUB**, Rio de Janeiro, n 8, p. 113-128, 1997. Disponível em: <https://www.ipub.ufrj.br/cadernos-ipub/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

CARRARA, Sérgio.; CARVALHO, Marcos (org.). **Meu encontro com os outros: memórias de José de Albuquerque, pioneiro da sexologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". **Educar em Revista**, Curitiba, n. 35, p.37-51, 2009.

COSTA, Vilma Perez; CRAVO, Télió. **Independência: memória e historiografia**. São Paulo: SESC, 2023.

DESIDÉRIO, Ricardo. A exclusão da temática sexualidade nos anos iniciais do ensino fundamental na BNCC e seus reflexos para o ensino de ciências. **Horizontes: Revista de Educação**, Dourados, v. 8, n. 15, p. 98-112, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/horizontes/article/view/12282>. Acesso: em 12 abr. 2025.

EGYPTO, Antonio Carlos (org.). **Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

FELÍCIO, Leandro Alves. Um projeto de Educação Sexual para o Brasil: o Círculo Brasileiro de Educação Sexual (1933-1945). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Associação Nacional de História, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300919582_ARQUIVO_TrabalhoparaAnpuh\(primeiraversao\).pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300919582_ARQUIVO_TrabalhoparaAnpuh(primeiraversao).pdf). Acesso em: 12 abr. 2025.

FERNANDES, Florestan. **A organização social dos tupinambás**. São Paulo: Hucitec: UnB, 1989.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. Campinas: Mercado de Letras; Londrina: EDUEL, 2006.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Revendo a história da educação sexual no Brasil: ponto de partida para construção de um novo rumo. **Nuances**, v. 4, n. 4, p. 123-133, 1998. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/84>. Acesso em: 12 abr. 2025.

FONTOURA, Antonio. José de Albuquerque, o esquecível: método histórico e o pioneirismo na educação sexual no Brasil. **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, v.18, n.3, p. 671-697, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652134>. Acesso em: 12 abr. 2025.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: I – a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FRANÇA, Carlos Alberto Vidal. Orientação sexual: algumas considerações. **Revista Prospectiva**, Porto Alegre, v. 2, n. 13, p. 41-43, 1984. Disponível em: <https://sites.google.com/view/aoergs-biblioteca-virtual/prospectiva>. Acesso em: 12 abr. 2025.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

GALLACHO, Jane Cruz. 2000. **A orientação sexual em um trabalho integrado educação e saúde**: estudo analítico descritivo e documental de um programa de intervenção. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2000.

GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo. **Educação sexual**: uma proposta, um desafio. São Paulo: Edições Aruanda, 1981.

GOMES, Aguinaldo Rodrigues de; NOVAIS, Sandra Nara da Silva. Práticas sexuais e homossexualidade entre os indígenas brasileiros. **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, v. 26, n. 2, p. 44-57, 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/24666/13726>. Acesso em: 12 abr. 2025.

GUIMARÃES, Isaura. **Educação sexual na escola**: mito e realidade. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

IPSOS. IPEC. **Recuo no índice de conservadorismo do brasileiro**. [S. l.]: IPSOS, 1 ago. 2025. Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br/indice-de-conservadorismo-brasileiro-2025>. Acesso em: 27 jan. 2026.

LEÃO, Adriana Marques de Castro; LEÃO, Andreza Marques de Castro; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Historicização da educação sexual no Brasil pós PNE e BNCC: entre embates e possibilidades. **Doxa**: Revista Brasileira de Psicologia e Educação. Araraquara, v. 25, n. 00, e024002, 2024. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/18581/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

LIMA, Oliveira. **Formação histórica da nacionalidade brasileira**. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro)

LOURO, Guacira Louro. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1999.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Angela; LUZ, Rogério; MURUCY, Kátia. **Danação da norma**: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAGENTA, Matheus. **O que é ser bolsonarista**. Londres: BBC News Brazil, 11 ago. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62490534>. Acesso em: 27 jan. 2026.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Educação sexual: princípios para ação. **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011. Disponível em <https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/124985?mode=full>. Acesso em 12 abr. 2025.

MAIO, Elaine Rose. História da educação sexual no Brasil: dos Ginásios Vocacionais à nova LDB (1960 – 1980). **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 12, n. 1 e 2, 2013, p. 183-219. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

MATARAZZO, Maria Helena. **Arte de amar**. São Paulo: Editora Três, 1985.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Sexualidade e gênero na atual BNCC: possibilidades e limites. **Pesquisa e ensino**, Barreiras, v. 1, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/pqe/article/view/626>. Acesso em: 12 abr. 2025.

MORAIS, Régis de. **Entre a educação e a barbárie**. Campinas: Papyrus Editora, 1983.

MOTT, Luiz. **O sexo proibido**: virgens, gays e lésbicas nas garras da Inquisição. Campinas: Papyrus Editora, 1988.

MURARO, Rose Marie. **Sexualidade da mulher brasileira**. Petrópolis, Editora Vozes, 1983.

NUNES, Rodrigo. A palavra e a coisa: Bolsonaroismo como convergência, horizonte, infraestrutura, ecologia e máquina. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo, v. 122, 2024, p. 1-20.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo (org.). **Dicionário da Independência do Brasil**: história, memória e historiografia. São Paulo: EDUSP, 2022.

OLIVEIRA, Cristiane. “Libertar o brasileiro do seu captivo moral”: identidade nacional, educação sexual e família no Brasil da década de 1930. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 507-516, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/i/2012.v24n3/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

OLIVEIRA, Cristiane. Higiene matrimonial, sexualidade e modos de subjetivação no Brasil do século XIX (1847-1870). **Revista EPOS – Genealogia, subjetivação e violências**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, 2013. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2013000200005. Acesso em: 12 abr. 2025.

OLIVEIRA, Suellen de; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; SILVA, Robson Coutinho. José de Albuquerque: o pioneiro da educação sexual museal. *In*: Massarani, Luisa; Waltz, Igor (org.). **Divulgação científica e sua interface com o ensino em biociências e saúde**, Curitiba: CRV, 2023. p. 134-152,

PARKER, Richard. **Corpos, prazeres e paixões**: cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Best Seller. 1991.

PRIORE, Mary Del. **Corpo a corpo com a mulher**: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Senac, 2000.

PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: editora UNESP, 2009.

RAMINELLI, Ronald. Eva tupinambá. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 11-44.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/htcmPttvFjq4sb8rYT8CzPD/>. Acesso em: 12 abr., 2025.

REIS, Giselle Volpato dos; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil. In: RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal (org.). **Sexualidade e educação**: aproximações necessárias. São Paulo: Editora Arte & Ciência, 2004. p. 27-71.

RIBEIRO, Gladys Sabina; TERRA, Paulo Cruz (org.). **Múltiplos olhares sobre o Oitocentos**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2021.

RIBEIRO, Paula Regina Costa Ribeiro. Revisitando a história da educação sexual no Brasil In: RIBEIRO, Paula Regina Costa Ribeiro; RIZZA, Juliana Lapa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes; QUADRADO, Raquel Pereira. **Educação e sexualidade**. Rio Grande: Editora da FURG, 2008. p. 161-167.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; BEDIN, Regina Celia. Notas preliminares sobre historiografia da educação sexual brasileira: apontamentos de uma cronologia descritiva. 1) Atitudes e comportamentos sexuais no Brasil nos documentos da Inquisição dos séculos XVI e XVII. **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 13, n. 1 e 2, p. 149-168, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/47af73e3-0388-4066-8d34-553c513b4e69>. Acesso: em 12 abr. 2025.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU, 1990.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Os momentos históricos da educação sexual no Brasil. In: RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal (org.). **Sexualidade e educação**: aproximações necessárias. São Paulo: Editora Arte & Ciência, 2004. p. 13-25.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Caminhos da educação sexual nas memórias de um pioneiro da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. In: RODRIGUES JUNIOR., Osvaldo M (org.). **Histórias de las Sexologias Latinoamericanas**. São Paulo: Instituto Paulista de Sexualidade, 2016. p. 67-88. v. 2.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Entrevista: Educação para sexualidade. In: **Revista Diversidade e Educação**. Rio Grande, v. 5, n. 2, p. 7-15, 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/7867/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Desafios contemporâneos em educação sexual: a perda do ambiente mental, social e escolar. *In*: DESIDÉRIO, Ricardo (org.) **Interseccionalidade e transgressões em educação sexual**. Londrina: Syntagma, 2019. p. 29-39.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza. Avanços e retrocessos da Educação Sexual no Brasil: apontamentos a partir da eleição presidencial de 2018. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1254-1264, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12701>. Acesso em: 12 abr. 2025.

ROHDEN, Fabíola. A construção da diferença sexual na medicina. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 19, Supl. 2, p. s201-s212, 2003.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática x revisão narrativa. Editorial. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 5-6, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

RUSSO, Jane Araújo; CARRARA, Sérgio Luís. A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entreguerras: entre a ciência e a autoajuda. **História, Ciência, Saúde**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 273-290, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/q5JQ6MVH4ByCrFcNMFxFcrw/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

RUSSO, Jane; ROHDEN, Fabíola. **Sexualidade, ciência e profissão no Brasil**. Rio de Janeiro: CLAM: IMS: UERJ, 2011.

SANTOS, Claudiene; BRUNS, Maria Alves de Toledo. **A educação sexual pede espaço: novos horizontes para a práxis pedagógica**. São Paulo: Ômega Editora, 2000.

SCALIA, Anne Caroline Mariank Alves. **Um estudo histórico da educação sexual no Brasil Colonial a partir das representações do corpo feminino encontradas em crônicas e xilogravuras do século XVI**. 2014. Tese (Doutorado em Educação Escolar) Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2014.

SENATORE, Regina Celia Mendes; MORILA, Ailton Pereira. Manuais da civilidade e de bem viver no século XIX: O Código de Bom Tom de J. I. Roquette. **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 13, n. 1 e 2, p. 169-181, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/index>. Acesso em: 12 abr. 2025.

SILVA, Juliana Collares da; MARASCHIN, André de Azambuja; FUNARI, Catiúcia Anselmo; MELLO, Elena Maria Billig; JUNQUEIRA, Sônia Maria da Silva. Gênero e sexualidade na BNCC: uma análise sob s perspectiva freireana. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 8, n.2, p. 152-156, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/12104>. Acesso em: 12 abr. 2025.

SUPLICY, Marta. **Conversando sobre sexo**. São Paulo: Edição da Autora, 1983.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997a.

VAINFAS, Ronaldo. Deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. *In*: SOUZA, Laura de Mello e (org.) **História da vida privada no Brasil**. Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997b.

WEREBE, Maria José Garcia. **A educação sexual na escola**. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji; MOURA, Júlia Frank. O Brasil a partir do Movimento Brasil Livre: imagens de uma comunidade imaginada. **Comunicologia**, Brasília, DF, v.11, n.1, p. 153-169, 2018.

Recebido em novembro 2025 | Aprovado em março 2026

MINI BIOGRAFIA

Gisele Cristina Garcia Tófoli

Graduada em Pedagogia e Mestra em Educação Sexual (UNESP). Integrante do Núcleo de Estudos da Sexualidade – NUSEX, grupo de pesquisa credenciado no CNPq. Coordenadora Pedagógica na Educação Infantil em Ribeirão Preto SP.

E-mail: g.tofoli@unesp.br

Michele Garcia

Graduada em Biologia e Pedagogia. Mestra em Educação (CUML) e doutoranda em Educação Escolar (UNESP). Integrante do Núcleo de Estudos da Sexualidade – NUSEX, grupo de pesquisa credenciado no CNPq. Professora da Rede Municipal de Ensino de Pradópolis SP.

E-mail: michele.garcia@unesp.br

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

Graduado em Psicologia e Pedagogia. Mestre em Educação (UNICAMP). Doutor em Saúde Mental (UNICAMP) com pós-doutorado pela UFRJ. Livre Docente em Sexologia e Educação Sexual (UNESP). Professor Associado Senior na UNESP, atuando nos Programas de Pós Graduação em Educação Sexual e Educação Escolar, onde orienta no Mestrado e no Doutorado.

E-mail: paulo.rennes@unesp.br